Anexo 1 - ACCI [2018.1]



Data de envio

26/07/2018 13:07:50

Endereço IP

179.107.66.150

ACCI - PODER EXECUTIVO

Possui Regime Próprio de Previdência Social - RPPS?

Sim [Y]

Lei de Instituição do Controle Interno:

597/2011

Possui entidade da Administração Pública Indireta?

Não [N]

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do quadrimestre/semestres anterior, em audiência pública?

Não [N]

Onde foi realizada audiência Pública?

NÃC

A audiência foi realizada no prazo estabelecido no art. 9°, § 4º da LRF?

Não [N]

O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso?

Não [N]

A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso foram estabelecidos pelo Poder Executivo em até trinta dias após a publicação dos orçamentos?

Não [N]

Houve realização de operação de crédito?

Não [N]

Qual a modalidade da Operação de Crédito?

operação de crédito interna [Q1]

Foi ordenada operação de crédito, sem autorização legislativa?

Não [N]

As operações de crédito superaram os limites estabelecidos na Resolução do Senado?

Não [N]

O montante previsto para as receitas de operações de crédito ultrapassou as despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária?

Não [N]

Foi prestada garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contra-garantia em valor igual ou superior?

Não [N]

A ARO foi realizada somente a partir do décimo dia do início do exercício?

Não [N]

A ARO foi liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro do exercício?

Não [N]

O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União?

Sim [Y]

As disponibilidades constam de registro próprio de modo que recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada?

Sim [Y]

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades?

Sim [Y]

As disponibilidades do RPPS estão aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira?

Sim [Y]

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação?

Sim [Y]

Existem obras paralisadas?

Sim [Y]

Existem obras em andamento?

Sim [Y]

O Poder Executivo ao enviar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias ao legislativo anexou o relatório com as informações das obras em andamento?

Sim [Y]

Houve descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas?

Sim [Y]

Houve abertura de créditos adicionais?

Não [N]

Foram publicados os decretos de contratação de operações de crédito no exercício, mediante leis autorizativas?

Sim [Y]

As alterações de saldos apresentadas nos Decretos de abertura de créditos adicionais representam os mesmos valores demonstrados na contabilidade?

Não [N]

Os Extratos das contas bancárias foram devidamente conciliados?

Sim [Y]

Foi realizada mensalmente a consistência entre a movimentação bancária e os registros contábeis?

Sim [Y]

Os Extratos das contas bancárias originais estão arquivados na sede da entidade e conferem com o Termo de Conferência de Saldos?

Sim [Y]

Foi aplicado o percentual mínimo de 25% da receita proveniente de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino?

Sim [Y]

Houve aplicação de pelo menos 60% dos recursos do FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício?

Sim [Y]

Houve cumprimento do limite mínimo de 15% em ações e serviços públicos de saúde?

Sim [Y]

Os Repasses das parcelas mensais do duodécimo ao Poder Legislativo estão de acordo com os limites estabelecidos na Constituição Federal e legislação local?

As contratações de pessoal por tempo determinado são realizadas mediante lei aprovada pela Câmara Municipal?

Sim [Y]

Houve inclusão, no orçamento, da verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado (sentenças judiciais), constantes de precatórios apresentados até 1º de julho?

Sim [Y]

Existem pendências de pagamento de precatórios referente ao exercício anterior?

Sim [Y]

Houve contabilização como dívida do Ente, dos valores correspondentes aos precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento?

Não [N]

Houve assunção de obrigações nos dois últimos quadrimestres do mandato, de obrigação de despesa que não tenha sido cumprida integralmente no referido período, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem a suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito?

Não [N]

Houve cumprimento do limite da dívida consolidada?

Sim [Y]

Houve registro contábil das obrigações do Ente no Passivo Financeiro e Permanente?

Sim [Y]

Foi detectada ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, das cotas de contribuição patronal do Ente à instituição de previdência?

Sim [Y]

Houve ausência de retenção, ou retenção a menor, da contribuição previdenciária dos servidores?

Não [N]

Houve ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, da contribuição previdenciária dos servidores à instituição de previdência?

Sim [Y]

Houve ocorrência de déficit na execução orçamentária?

Não [N]

Houve cumprimento da estrita ordem cronológica das exigibilidades para cada fonte diferenciada de recursos no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras, prestação de serviços e precatórios?

Sim [Y]

Houve atendimento às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público? Sim [Y]

Os recursos financeiros oriundos de convênios são movimentados em conta bancária vinculada específica? Sim [Y]

A despesa com pessoal aumentou nos últimos 180 dias do mandato?

Não [N]

Houve cumprimento do limite legal da despesa com pessoal?

Sim [Y]

A Despesa Total com Pessoal atingiu 90% do limite legal?

Sim [Y]

A Despesa Total com Pessoal excedeu 95% do limite legal?

Sim [Y]

O Poder Executivo possui Quadro de Pessoal próprio instituído por lei?

O quantitativo de servidores é compatível com o quadro aprovado?

Sim [Y]

Os servidores foram admitidos através de concurso público?

Sim [Y]

Os documentos relativos ao concurso público e os atos de nomeação ou admissão foram encaminhados ao Tribunal de Contas para registro?

Sim [Y]

Existem servidores contratados por tempo determinado?

Sim [Y]

Os contratos estão autorizados por lei específica com motivos devidamente justificados?

Sim [Y]

Houve ocorrência de déficit financeiro (passivo financeiro maior que ativo financeiro?

Não [N]

Houve inscrição de restos a pagar processados sem disponibilidade financeira, evidenciando desequilíbrio das contas públicas? Sim [Y]

Houve receita de alienação de Ativos (bens e direitos)?

Não [N]

Houve aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente?

Não [N]

Em caso de alienação, doação e outros havia laudo de avaliação, leis autorizativas e justificativas?

Não [N]

Houve Bens Incorporados e Desincorporados no Patrimônio Municipal?

Sim [Y]

O patrimônio municipal está devidamente registrado e controlado (registro dos bens imóveis e tombamento dos móveis), com termo de responsabilidade assinado pelo responsável pela sua guarda e conservação?

Sim [Y]

O Poder Executivo possui frota própria de veículos e máquinas?

Sim [Y]

É realizado o controle de uso e manutenção (gastos com combustíveis, lubrificantes e pecas de reposição)?

Sim [Y]

Houve despesa ordenada sem a autorização legal?

Nāo [N]

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO foi apresentada com os Anexos de Metas e Riscos Fiscais?

Sim [Y]

As publicações bimestrais dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foram efetuadas nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Sim [Y]

O envio bimestral do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foi efetuado nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Sim [Y]

O Poder Executivo publicou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Sim [Y]

O Poder Executivo enviou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Ocorreram fatos que requeressem a limitação de empenhos?

Não [N]

Houve limitação de empenhos e movimentação financeira, nos casos estabelecidos no art. 9º, da LC nº 101/00?

Não [N]

O Poder Executivo instituiu e cobra todos os impostos e taxas de sua competência conforme disposto no art. 11 da LC nº. 101/2000?

Sim [Y]

O Poder Executivo inscreve na Dívida Ativa os contribuintes inadimplentes com o recolhimento dos impostos devidos e adota as providências para cobrança?

Sim [Y]

O orçamento foi superestimado?

Não [N]

O subsídio do Prefeito obedece ao estabelecido em lei?

Sim [Y]

O subsídio do Vice-Prefeito está em conformidade com a legislação pertinente?

Sim [Y]

Os subsídios dos secretários guardam consonância ao estabelecido em lei?

Sim [Y]

Existe analise e manifestação do responsável pelo Controle Interno em todos os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, procedimentos licitatórios, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres?

Sim [Y]

Todos os processos de realização de despesas são submetidos à verificação e análise do Controle Interno?

Sim [Y]

Foi detectada alguma irregularidade ou ilegalidade nos casos analisados?

Sim [Y]

Houve despesa não empenha de competência do referente período?

Sim [Y]

Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade?

Não [N]

Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?

Sim [Y]

Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar?

Sim [Y]

Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?

Sim [Y]

O Poder Executivo tem implantada em seus órgãos, a conta Almoxarifado, destinada ao registro e controle das aquisições, aplicações e estocagem dos produtos e materiais adquiridos durante o exercício?

Sim [Y]

O registro da conta Almoxarifado atendeu às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

Sim [Y]

Existe instrumento legal determinando o valor e disciplinando a concessão de diárias?

Sim [Y]

O Poder Executivo possui Comissão Permanente de Licitação regular?

Todos os processos de compras de materiais e serviços de valor superior ao limite mínimo exigido pela Lei Federal nº 8.666/1993, são submetidos à análise da comissão?

Sim [Y]

Em todos os processos de licitação, dispensa e inexigibilidade são obedecidas as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores?

Sim [Y]

O Poder Executivo mantém cadastro atualizado de todos os fornecedores e prestadores de serviços da administração municipal? Sim [Y]

Citar outras irregularidades ou ilegalidades constatadas não descritas no questionário acima:

TUDO DENTRO DA NORMALIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS (justificativas e indicação das providências adotadas quanto as falhas e irregularidades ou ilegalidades constatadas):

TUDO DENTRO DA NORMALIDADE

página 6 / 6